

A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária

ELISA CALADO PINHEIRO

UBI e MusLan

RESUMO

A partir da caracterização geográfica do território, acompanha-se a evolução demográfica da Beira Interior, particularmente, entre 1874 e 2010, pretendendo-se equacionar, a par de alguns dos desafios económicos e sociais que enfrenta, o recente enquadramento administrativo da região face à(s) subjacente(s) identidade (s) que agrega ou segrega.

PALAVRAS-CHAVE

Beira Interior, demografia da Beira Interior, distrito da Guarda, distrito de Castelo Branco, NUT III Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul, Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e da Beira Baixa.

ABSTRACT

Having the geographic characterization of the territory as a starting point, we follow Beira Interior's demographic evolution, particularly in the period between 1874 and 2010, aiming to equate – together with some economic and social challenges – the recent administrative framework of the region vis-à-vis the underlying identity that may at the same time aggregate and segregate.

KEY-WORDS

Beira Interior, Beira Interior demography, Guarda District, Castelo Branco District, Serra da Estrela NUT III, Beira Interior North, Beira Interior and Beira Interior South, Beiras and Serra da Estrela as well as Beira Baixa Intermunicipal Community.

INTRODUÇÃO

“ (...) Beira quer já de si dizer beira da serra. Mas não contente com essa marca etimológica que lhe submete os domínios, do seu trono de majestade a esfinge de pedra exige a atenção inteira, Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. Mas junta-se à perturbante realidade uma certeza ainda mais viva: a de todas as verdades locais emanarem dela: Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Serra? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia eléctrica na Beira? Gera-se na Estrela. Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. (...) Jungida assim à razão centrípeta da granítica matriz, a Beira ganha um sentido geográfico que não anda nos mapas administrativos, mas se imprime na retina. Do corpo esguio e diverso de Portugal destaca-se uma célula quase sem protoplasma, só cromossomas, viva a pulsar. E torna-se evidente que a própria situação espacial desse como que embrionário coração da pátria a fará dobrar-se pelos tempos fora à sua vontade tiranizante”(Torga, 1950).

Retomamos aqui uma primeira e muito reduzida versão deste texto publicada em outra parte (<http://notasdecircunstancia.blogspot.pt>, nº6, 5 de Fevereiro de 2014). Ao comemorar-se, em 18 de Maio, o Dia Internacional dos Museus, no ano corrente, sob o lema “As coleções criam conexões”, considera-se oportuno dever salientar a estreita correlação existente entre aquelas e o território de que proveem ou em que passam a estar integradas, valorizando, para além de muitas outras relações, a área geográfica que baliza a atividade dos museus. Esta correlação encontra-se bem explicitada num dos princípios orientadores do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior e que passo a transcrever:

“O Museu de Lanifícios tem por missão a salvaguarda e a conservação ativa do património industrial têxtil, assim como a investigação e a divulgação da tecnologia associadas tanto à manufatura como à industrialização dos lanifícios. O Museu de Lanifícios procura apreender o contexto territorial e organizacional desta atividade numa vasta área que tem por matriz a Serra da Estrela e por centro histórico a cidade da Covilhã, tendo ainda em conta as dimensões antropológica, económico-social, cultural, político-constitucional e ambiental que aquela atividade envolve” (www.museu.ubi.pt, em 20-04-2014).

A vasta área para que este trecho remete plasma-se com a do território que abarca a denominação de origem da instituição de tutela do Museu: a Beira Interior. O texto que se segue visa assim contribuir para evidenciar e contextualizar, nos domínios geográfico, demográfico, económico e administrativo, a área de intervenção do Museu de Lanifícios, procurando acompanhar a construção de uma identidade beirã e identificar alguns dos reptos que, atualmente, se colocam ao desenvolvimento sustentado da região.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Numa área de transição entre o Norte e o Sul interiores de Portugal, a Beira Interior ocupa o espaço que administrativamente se encontrava, até há relativamente pouco tempo, integrado nos extintos distritos da Guarda e de Castelo Branco, caracterizando-se por um complexo e multifacetado mosaico de paisagens. Estas, moldadas pelos acidentes físicos e pela natureza, foram acentuadas pela ação humana que lhe sedimentou uma unidade cultural que resistiu até aos tempos de hoje. Radicada nas atividades agro-pastoris, evoluiu, ao longo dos tempos, para a especialização têxtil de alguns dos seus mais significativos centros urbanos, todos eles localizados na corda serrana, ou para a especialização agrícola, particularmente, nas áreas demarcadas por acentuados e favoráveis condicionalismos naturais, como é o caso da Cova da Beira e das campinas de Idanha. Uma mesma que breve caracterização geográfica da região deverá ser balizada pela análise da morfologia do território e das alterações resultantes da intervenção humana, privilegiando, a par da geologia e do relevo, clima, hidrologia e cobertura vegetal, as alterações introduzidas no uso do solo, bem como a demarcação dos seus espaços naturais.

O RELEVO

Integrado do ponto de vista geológico na Zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico, o relevo que estrutura o território da Beira Interior, como o caracteriza o geógrafo Lúcio Cunha, é composto, maioritariamente, por rochas de formação antiga, paleozoicas e ante-paleozoicas, que sofreram deformações ao longo dos diferentes ciclos tectónicos das orogenias hercínica e alpina, na origem das “falhas de direcção NE-SW ou ENE-WSW, que balizam o grande horst da Cordilheira Central e que são responsáveis pelas serras da Estrela e da Gardunha, pelo fosso da Cova da Beira e pela passagem da “superfície de Castelo Branco” para as “campinas de Idanha”. Para além destes elementos geológicos, destaca-se ainda, na direcção NNE-SSW, a incisão de alguns vales, como o do rio Zêzere na serra da Estrela. A designação de “Estrela” terá advindo da estrela Aldebaran, a mais brilhante da constelação Touro. Através do estudo dos dólmens, edificados há seis mil anos na área, Fábio Silva, investigador nas áreas da astrofísica e da arqueologia, constatou que a entrada destas construções megalíticas está virada para o lugar onde, no horizonte, aquela estrela aparece, anualmente, antes do nascer do sol, em finais de Abril e ainda que, quando se está na câmara destes dólmens, se vê a serra da Estrela. Teria sido uma comunidade de povos seminómadas, que praticavam a agricultura e a pastorícia, continuando ainda a praticar a caça e a recolha, que teriam construído os dólmens com aquela orientação (Silva 2012, acedido em 21-04-2013). A imagem simbólica da serra da Estrela, para além de associada à presença do principal acidente orográfico continental e à atividade pastoril, que lhe terá originado a própria designação, que também pode ter derivado, para além da teoria já dita, das marcas nela impressas pelos gelos, que a ocuparam desde a última glaciação

(Würms), tendo uma espessura de cerca de 80 m no planalto da Torre, de onde escoava através de sete línguas, a mais extensa das quais, em direção a NE, ocupava o vale superior do Zêzere, em direção a Manteigas”(Cunha, 2008: 49). A maior parte do território, apesar de integrar “os restos de extensas superfícies de aplanamento” da Meseta, com cotas entre os 700-800 m, apresenta um relevo variado, com duas áreas distintas. Desde o vale do Douro até à Cova da Beira, as altitudes são mais elevadas, entre os 700-800 m de cota, ultrapassando por vezes os 1.000 m; a partir daí, para sul, passa-se para a “Superfície de Castelo Branco”, com cotas da ordem dos 400-500 m, pontilhadas por alguns pequenos relevos, “como os inselbergs (ou montes - ilha) de Monsanto e da Moreirinha” e definida pelos entalhes de algumas ribeiras afluentes do Zêzere, do Ponsul e do Erges. Mais para Sul, ainda, passa-se para a “Superfície do Alto Alentejo” ou para as “campinas de Idanha”, uma área mais rebaixada (300 m), mas igualmente plana. Estas áreas aplainadas são delimitadas pelos vales do Douro, do Tejo e dos seus afluentes (Cunha, 2008: 49). Por ação da tectónica de fracturação, na origem do levantamento das serras da Cordilheira Central, surgiram algumas áreas deprimidas, como é o caso da Cova da Beira, entre as serras da Estrela [1.993 m de altitude] e da Gardunha [1.227 m] que, devido à proteção que lhe é conferida pela serra da Estrela relativamente aos ventos marítimos predominantes, apresenta especiais características climáticas para o desenvolvimento da atividade agrícola, particularmente, na área da fruticultura.

O CLIMA

Apesar da percepção generalizada da existência de alterações mais recentes dos seus padrões de comportamento, a Beira Interior apresenta, relativamente à sua caracterização climática, duas situações distintas. Nas áreas montanhosas, nomeadamente, na serra da Estrela, a par das temperaturas mais baixas, ocorrem as mais elevadas quedas de precipitação que, no Inverno, se apresentam sob a forma de neve. Registam-se temperaturas negativas em mais de 90 dias por ano, enquanto os valores de precipitação, em termos médios, ultrapassam, nas áreas de maior altitude, os 2.500 mm anuais. As superfícies planálticas que se desenvolvem em vastas extensões para além da Cordilheira Central evidenciam um significativo contraste térmico e, devido à menor pluviosidade registada, apresentam-se mais secas. O sector da Meseta caracteriza-se por verões moderados, com temperaturas em que a média das máximas se situa entre os 23 e os 29°C, e menos de 100 dias com temperaturas superiores a 25°C, e invernos frios a muito frios, com a média das mínimas abaixo dos 2°C e mais de 30 dias com temperaturas negativas. A norte, no vale do Côa, particularmente, na área da Terra Quente do Douro, ocorrem, em simultâneo, os valores mais elevados nas temperaturas de Verão, no mês mais quente, médias das máximas acima dos 30°C, e os mais baixos de precipitação, menos de 600 mm anuais em média. A sul, nas superfícies de Castelo Branco e

das campinas de Idanha, os verões são mais quentes, registando-se a média das máximas acima dos 29°C e mais de 100 dias com temperaturas superiores a 25°C e os invernos frios ou frescos, com uma média das mínimas entre 1 e 4°C e 15 a 40 dias com temperaturas negativas. Os valores referentes às precipitações variam em função da altitude, situando-se entre os 600 e os 1.200 mm (Cunha, 2008: 50-51).

A HIDROLOGIA E AS RESERVAS AQUÍFERAS

Na Beira Interior, as águas superficiais do território são drenadas através das bacias dos rios Douro, Mondego e Tejo e de alguns dos seus afluentes. Destes, salientam-se, relativamente ao rio Douro, o Águeda e o Côa e, relativamente ao Tejo, o Erges, o Aravil, o Ponsul, o Ocresa e o Zêzere. Como consequência das condições climáticas características da região, verificam-se, igualmente, dois tipos de comportamento: nas áreas de montanha e, particularmente, na serra da Estrela, as bacias do Alto Mondego e do Alto Zêzere são maioritariamente superavitárias, enquanto as restantes bacias drenantes são deficitárias atendendo à baixa evaporação e à elevada evapotranspiração verificada durante os meses de Verão. Relativamente à distribuição anual dos caudais, verifica-se, na região, a situação comum às restantes regiões do país, caracterizada pela sucessão de períodos de maior abundância de águas, pontuados por cheias e inundações de Dezembro a Abril com os de uma elevada seca de Julho a Setembro. Na região, acentua-se mais a penúria de água no verão, em que os rios mais pequenos chegam a deixar de correr, do que a sua maior abundância durante o Inverno.

No domínio hidrográfico, dispõe-se ainda de cerca de 30 barragens construídas para diversos fins, nomeadamente, para produção de energia elétrica, de que se destacam as da serra da Estrela, bem como para abastecimento público, irrigação e lazer, de que se salientam as do Sabugal, de Idanha e da Marateca (Cunha, 2008:51).

A COBERTURA VEGETAL E AS ALTERAÇÕES DE SOLO

Atualmente, na Beira Interior, muito pouco resta da vegetação natural autóctone dominante no centro de Portugal, caracterizado pelas extensas florestas de *Quercus*, carvalhos de folha caduca, a Norte, e azinheiras e sobreiros, de folha persistente, a Sul, que terão coberto o seu território após o último período glacial. Os intensos arroteamentos que, por intervenção humana, se verificaram para promover a prática agrícola, as periódicas queimadas para a pastorícia, o recuo das florestas motivado pela intensificação da utilização das madeiras e lenhas, a rearboreização intensiva do território por outras espécies, como o pinhal, seguido do eucaliptal, para além dos frequentes incêndios florestais, estão na origem das mais profundas alterações verificadas na estrutura e composição da cobertura vegetal beirã. As matas primitivas constituíram, até à primeira metade do séc. XX, o necessário suporte à fixação

humana baseada nas atividades agro-silvo-pastoris. A partir de então, as correntes de emigração para a Europa e os contínuos fluxos de população ativa para os centros urbanos, tanto a nível nacional como regional, criaram uma dinâmica demográfica regressiva, responsável pelo elevado despovoamento verificado na generalidade do território e pelo acentuado envelhecimento e empobrecimento dos vastos espaços rurais da Raia, acentuando as consequências da fraca densidade populacional verificada. Tem-se assistido a uma progressiva redução das áreas de uso agrícola invadidas por matos e incultos, constatando-se, simultaneamente, que o controle dos espaços florestais se deve unicamente à maior ou menor violência dos incêndios de que são pasto e ao aumento significativo das manchas de construção civil, nos centros urbanos e nas suas imediações. Por outro lado, o acentuado investimento e reforço das vias rodoviárias com ligação à fronteira e, particularmente, o eixo, desde a Guarda, por Belmonte, Covilhã, Fundão a Castelo Branco, dinamizou, especialmente, até ao deflagrar da crise financeira de 2008, o desenvolvimento socioeconómico da região (Cunha, 2008: 52).

A DIVERSIDADE E RIQUEZA DOS ESPAÇOS NATURAIS

A existência, na região, de espaços naturais de elevado valor ambiental, permitiu a preservação de variadas extensões, algumas das quais inscritas na rede nacional de áreas protegidas, nomeadamente, o Parque Natural da Serra da Estrela, o Tejo Internacional e a Reserva Natural da Serra da Malcata. O Parque Natural da Serra da Estrela, para além dos acentuados vestígios da última glaciação que conserva, impõe-se pelas dimensões e pela configuração granítica, que lhe desenha “o zonamento dos patamares bioclimáticos”, coroados por uma paisagem de tipo subalpino, à altitude de 1.600 m, caracterizada pelas pastagens naturais de cervunal e pelos afloramentos arbustivos dos zimbrieros. A ocupação humana é residual e as atividades tradicionais de natureza rural, à exceção da pastorícia, estão praticamente abandonadas. Só os desportos de inverno atraem milhares de turistas e desportistas e, no Verão, a procura de espaços turísticos e de lazer, proporcionada pela fruição da paisagem e da natureza, continua a aliciar visitantes. Os vales encaixados do Douro e do Tejo, mantendo muitas das características morfológicas e ambientais dos espaços de montanha, justificam a sua classificação como parques naturais: Douro Internacional; e Tejo Internacional. Para além destes, salienta-se, com o estatuto de “Área de Paisagem Protegida”, a serra da Malcata, que mantém alguns recantos cobertos de bosquetes de carvalho, pontuados de castanheiros, nas vertentes voltadas a Norte e de azinheiras e sobreiros, nas mais soalheiras, voltadas a sul, com galerias de amieiros, freixos e salgueiros a bordejar-lhe os ribeiros serranos. Mas deve a sua classificação ao valor da fauna aqui refugiada, que, apesar da ausência do lince, regista a existência do lobo, do gato selvagem, da gineta e do javali. A classificação, em 2006, do Parque Naturtejo da Meseta Meridional, o único geoparque nacional,

merece uma referência especial, uma vez que integra a rede mundial de geoparques da UNESCO. Do conjunto de dezasseis sítios que inclui como os mais representativos da grande diversidade e riqueza geológica e geomorfológica regionais, distinguem-se a passagem do Tejo nas Portas de Ródão, o Inselbergue (Monte-ilha) de Monsanto, os meandros do Zêzere, a morfologia granítica da serra da Gardunha, os fósseis inscritos nos quartzitos de Penha Garcia ou as explorações mineiras romanas do Conhal do Arneiro. Estas paisagens protegidas, pela sua raridade, representatividade e singularidade, bem como pelo interesse científico e pela beleza cénica que possuem, revestem-se de um importante significado para a ciência, educação e turismo e detêm um elevado potencial para o desenvolvimento cultural, social e económico da região. Para além destes espaços protegidos, importa ainda salientar a riqueza patrimonial de natureza arquitetónica, histórico-arqueológica e cultural, associada às atividades agro-pastoris e industriais, que constitui um significativo recurso do território, que deve ser valorizado nas estratégias de desenvolvimento integradas de cariz regional, visando salvaguardar os mais significativos testemunhos da ancestral articulação do homem com a natureza (Cunha, 2008: 52-53).

2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

Desde o séc. XVIII, o crescimento, em Portugal, tendeu a beneficiar o litoral em detrimento do interior. Porém, no séc. XIX, o crescimento demográfico foi sobretudo urbano. Todavia, apesar destas dinâmicas, o país manteve uma escassa urbanização, ao arrepio do que aconteceu a nível europeu. Verificaram-se então algumas significativas alterações, apesar de se manter a dicotomia entre o norte e o sul, o litoral e o interior e de, neste último caso, se ter verificado a existência de alguns polos urbanos isolados. O final da década de 70 do séc. XIX marcou o início, no país, de uma fase de crescimento demográfico, resultado das políticas de investimento aplicadas a partir de meados do século. O crescimento demográfico prolongou-se até 1911, constituindo o período florescente do crescimento das áreas urbanas, particularmente, de Lisboa e do Porto e, na Beira Interior, da Covilhã, em resultado dos respetivos processos de industrialização. Entre 1878 e 1890, a Covilhã foi a cidade portuguesa que registou o maior crescimento demográfico e a maior ponderação da população ativa industrial, só comparável à do Porto (Pereira, 2002: 579-580). Da longa história da Beira Interior, detenhamo-nos apenas na época contemporânea para, mais fundamentalmente, poder acompanhar o movimento demográfico aqui registado.

Tomando por ponto de partida a data do primeiro recenseamento geral da população portuguesa, realizado em 1864, da análise dos dados constantes das Tabelas 1 e 2, poderemos concluir que a Beira Interior registava um total de 377.947 habitantes, sendo o distrito da Guarda o de maior população, com 215.208 habitantes, enquanto o de Castelo Branco registava 162.739. No distrito da Guarda, os concelhos apresentavam, por ordem decrescente, os seguintes quantitativos: Guarda (33.927), Sabugal (32.614),

Seia (28.724), Gouveia (20.155), Trancoso (15.877), Pinhel (15.344), Vila Nova de Foz Coa (14.772), Celorico da Beira (13.844), Figueira de Castelo Rodrigo (10.668), Fornos de Algodres (7.074), Almeida (6.580), Aguiar da Beira (6.907), Meda (5.867) e Manteigas (2.855). Relativamente a este último, importa salientar que a maior parte da sua população se concentrava na sede de concelho. Dos centros urbanos, destacava-se o da Guarda, como o de maior população (3.816), seguido de Vila Nova de Foz Coa (2.867), Manteigas (2.607), Gouveia (2.600), Trancoso (2.551), Pinhel (2.234), Celorico da Beira (2.333), Almeida (1688), Fornos de Algodres (1.351), Figueira de Castelo Rodrigo (1.125) e de Aguiar da Beira (930). No distrito de Castelo Branco, sobressaía o concelho da Covilhã, como mais populoso, com 29.307 habitantes, logo seguido do de Castelo Branco com 22.139 e, por ordem decrescente, dos de Fundão (26.749), Idanha-a-Nova (16.350), Sertã (15.957), Oleiros (9.091), Penamacor (9.017), Vila de Rei (8.625), Proença-a-Nova (8.842), S. Vicente da Beira (7.191), Belmonte (4.743) e Vila Velha de Ródão (4.728). Relativamente à concentração populacional nos centros urbanos, destaca-se a Covilhã que, apesar de só seis anos depois ter ascendido a cidade, registava 8.838 habitantes, seguida de Castelo Branco, com 5.714 e, por ordem decrescente, Sertã (3.912), Vila de Rei (3.768), Proença-a-Nova (3.545), Idanha-a-Nova (2.566), Fundão (2.375), Penamacor (2.357), Oleiros (2.307), S. Vicente da Beira (2.186), Belmonte (1.773) e Vila Velha de Ródão (1.454). A Beira Interior apresentava-se, então, fortemente ruralizada, uma vez que, no distrito da Guarda, a taxa de urbanização era de 13,4%, enquanto, no de Castelo Branco, era de 25,1%. A Covilhã era, pois, na Beira Interior, o centro urbano de maior dimensão, seguindo-se-lhe Castelo Branco e Guarda.

Se procurarmos comparar os dados de 1864 com os de quase um século depois, verificaremos que a Beira Interior viria a acompanhar o significativo aumento da população portuguesa registado ao longo deste período. Através da análise da Tabela 3, poderemos conferir o crescimento populacional da Beira Interior, na primeira metade do séc. XX. Entre 1864 e 1950, quando a região atingiu os seus maiores quantitativos populacionais, com 632.244 habitantes, registou um crescimento efetivo de 67,3%. Em 1960, viria a ocorrer o primeiro decréscimo populacional, tendo o número de habitantes residentes passado para 616.480. Esta nova tendência foi-se acentuando na década de 70, devido ao grande surto migratório verificado na década de 60, acompanhado pela tendência de concentração populacional verificada nos núcleos urbanos.

Tabela 01.

A população da Beira Interior em 1864

Distrito da Guarda

CONCELHOS	POPULAÇÃO DOS CONCELHOS	POPULAÇÃO DAS SEDES DE CONCELHO
AGUIAR DA BEIRA	6.907	930
ALMEIDA	6.580	1688
CELORICO DA BEIRA	13.844	2.333
FIG. CAST. RODRIGO	10.668	1.125
FORNOS DE ALGODRES	7.074	1.351
GOUVEIA	20.155	2.600
GUARDA	33.927	3.816
MANTEIGAS	2.855	2.607
MEDA	5.867	1.012
PINHEL	15.344	2.234
SABUGAL	32.614	1.550
SEIA	28.724	2.199
TRANCOSO	15.877	2.551
Vª NOVA DE FOZ COA	14.772	2.867
TOTAL	215.208	28.863

Fonte: Portugal, 1868:113-133.

Tabela 02.

A população da Beira Interior em 1864

Distrito de Castelo Branco

CONCELHOS	POPULAÇÃO DOS CONCELHOS	POPULAÇÃO DAS SEDES DE CONCELHO
Belmonte	4.743	1.773
Castelo Branco	22.139	5.714
Covilhã	29.307	8.838
Fundão	26.749	2.375
Idanha-a-Nova	16.350	2.566
Oleiros	9.091	2.307
Penamacor	9.017	2.357
Proença-a-Nova	8.842	3.545
Sertã	15.957	3.912
S. Vicente da Beira	7.191	2.186
Vila de Rei	8.625	3.768
Vila Velha de Ródão	4.728	1.454
TOTAL	162.739	40.795

Fonte: Portugal, 1868:77-86.

Tabela 03.

Evolução da população da Beira Interior (1864 -1960)

DISTRITOS	1864	1910	1920	1930	1940	1950	1960
Guarda	215.208	271.616	259.586	267.614	295.663	307.667	290.680
Castelo Branco	162.739	241.184	241.574	265.573	304.592	324.577	325.800
TOTAL	377.947	512.800	501.160	533.187	600.255	632.244	616.480

Fontes: Portugal, 1868: 77-86 e 113-133; Portugal, 1916: 54-63 e 92-101; Portugal, 1933: 70-78 e 98-113; Portugal, [1961]: 11-14.

O distrito da Guarda que, em 1864, registava um total de 215.208 habitantes, dos quais 210.414 eram residentes, aumentou, em 1911, para 271.616 (Portugal 1961: 11-13). Em 1940, a população registou um ligeiro crescimento, tendo atingido os 295.663 habitantes, tendência seguida em 1950, quando a população dos distritos atinge os 307.667 habitantes. Veio a sofrer o primeiro decréscimo em 1960, quando a população prevista era estimada em 290.680 habitantes (Portugal 1961: 11-13).

Relativamente ao distrito de Castelo Branco que, em 1864, detinha um total de 162.739 habitantes (Portugal, 1868: pp. 77-86), dos quais 159.505 eram os de facto considerados residentes, em 1911 (Portugal, 1917: 113), a população aumentou para 241.184, dos quais 217.179 residentes. Em 1940, voltou a crescer, tendo atingido um total de 304.592 habitantes, evolução que continuou a verificar-se em 1950, ao passar-se para um total de 324.577 residentes, continuando a registar uma ligeira subida, em 1960, para 325.800. Em 1950, verificou-se um generalizado aumento demográfico em praticamente todos os concelhos da região, à exceção dos de Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, no distrito de Castelo Branco e do da Mêda, no da Guarda, como poderemos constatar através dos dados contidos nas Tabelas 4 e 5. Entretanto, notamos que o concelho de Aguiar da Beira foi integrado na sub-região Dão-Lafões, da região Centro, o de Vila Nova de Foz Coa passou a fazer parte da sub-região Douro, da região Norte e o de Mação integrou a sub-região do Pinhal Interior, da região Centro, tendo passado, a registar, no censo de 2000, 8.442 habitantes e, no de 2010, 7.338.

Tabela 04.

Evolução da população da Beira Interior no séc. XX

Distrito da Guarda

CONCELHO	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	2000	2010
AGUIAR DA BEIRA	3.919	8.635	8.907	9.625	10.177	10.224	8.451	6.247	5.473
ALMEIDA	17.479	15.336	15.286	16.606	17.480	16.394	10.621	8.423	7.242
CELORICO DA BEIRA	15.934	15.045	15.426	16.484	16.732	14.815	10.837	8.875	7.693
FIG. CAST. RODRIGO	15.609	13.741	13.725	14.591	14.912	13.517	8.715	7.158	6.260
FORNOS DE ALGODRES	9.953	9.657	9.990	10.507	10.645	9.228	6.772	5.629	4.989
GOUVEIA	25.539	23.595	24.799	27.321	27.673	25.499	18.802	16.122	14.046
GUARDA	44.010	41.909	43.654	47.862	51.468	51.342	40.529	43.822	42.541
MANTEIGAS	4.073	3.802	4.125	4.863	5.390	5.314	4.414	4.094	3.430
MÊDA	11.957	11.223	12.137	14.989	13.697	12.502	9.421	6.239	5.202
PINHEL	19.858	18.139	18.825	20.688	22.270	21.674	14.854	10.954	9.627
SABUGAL	35.489	34.750	35.502	41.909	43.513	40.449	23.371	14.871	12.544
SEIA	33.154	32.684	33.133	34.392	35.962	34.822	31.356	28.144	24.702
TRANCOSO	18.123	17.612	17.637	19.574	20.632	18.110	14.029	10.889	9.878
Vª NOVA FOZ COA	14.355	13.254	14.468	16.252	17.116	16.720	10.019	8.494	7.312
TOTAL	274.372	259.586	267.614	295.663	307.667	290.680	212.191	216.273	160.93

Fontes: Portugal, 1913: 53; Portugal, 1923: 92-106; Portugal, 1933: 338-366; Portugal, [1961]: 11-13; Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA.

Tabela 05.

Evolução da população da Beira Interior no séc. XX

Distrito de Castelo Branco

CONCELHO	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	2000	2010
Belmonte	7.261	7.362	8.331	9.572	9.848	9.421	6.522	7.592	6.859
Castelo Branco	42.547	44.300	50.848	58.700	63.305	66.020	55.195	55.708	56.109
Covilhã	48.400	45.583	50.394	60.608	68.522	73.596	62.014	54.505	51.797
Fundão	39.295	39.571	43.018	47.575	49.941	49.419	34.958	31.482	29.213
Idanha-a-Nova	27.298	26.112	27.952	32.873	33.439	31.621	20.884	11.659	9.716
Oleiros	12.660	11.977	12.354	14.020	15.137	15.743	13.110	6.677	5.721
Penamacor	14.999	14.714	16.565	17.421	18.860	17.638	12.615	6.658	5.682
Proença-a-Nova	13.844	13.628	15.416	18.183	18.927	18.140	13.805	9.610	8.314
Sertã	22.617	23.288	24.076	27.183	28.623	28.295	23.646	16.720	15.880
Vila de Rei	7.838	7.236	7.795	8.818	8.407	7.593	4.591	3.354	3.452
Vª Velha de Ródão	7.627	7.803	8.824	9.639	9.568	8.314	6.413	4.098	3.521
TOTAL	243.586	241.574	265.573	304.592	324.577	325.800	255.575	208.063	196.264

Fontes: Portugal, 1913: 88; Portugal, 1923: 66-73; Portugal, 1933: 211-235; Portugal, [1961]: 11-14; Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA (acedido em 10-03- 2014). Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA.

Durante o séc. XX, o crescimento demográfico do país foi influenciado pela emigração e pelos movimentos migratórios internos em direção aos núcleos urbanos mais industrializados. A partir dos anos 60, acentuou-se o processo de urbanização nacional, com a terciarização das cidades. Analisemos, entretanto, as dinâmicas demográficas verificadas a nível inter-regional, tomando como ponto de partida a situação existente em 1910, após as várias reformas administrativas ocorridas nos finais do séc. XIX, que conduziram a uma maior centralização, operando a “municipalização” administrativa

e a “distritalização” política do país, em resposta à grave crise financeira ocorrida na década de 90, retirando poder aos municípios e reduzindo o número de freguesias, o que permite uma maior aproximação à atual área territorial dos concelhos da Beira Interior. No período em causa, aconteceram as reformas administrativas de 1878, 1886, 1892, 1895 e 1900 e foram publicados os códigos administrativos de 1878, 1886, 1895, 1896 e 1900 (Caetano, 1980; Serra, 1988 e Silva, 2012. Procurando agora perceber a evolução demográfica verificada nas cidades da Guarda, de Castelo Branco e da Covilhã, constatamos que a primeira, entre 1864 e 1900, registou o maior crescimento, atingindo os 75,4%, enquanto que Castelo Branco, entre 1864 e 1900, se ficou pelos 27,8%. A Covilhã que, entre 1878 e 1900, registara um crescimento de 44% (Moreira; Rodrigues e Henriques, 2009 e Portugal, 1864), afirma-se neste período como um polo de atração e de crescimento demográfico, indicadores seguros das dinâmicas industriais aqui instaladas. Em 1940, a população do concelho da Covilhã atingia os 60.608 habitantes, tendo aumentado, em 1950, para 68.522 e, em 1960, para 73.596, como poderemos verificar através da análise da Tabela 5. Se no período que medeia de 1890 a 1930 se verificara uma relativa estagnação demográfica, em 1960, o concelho da Covilhã ultrapassa, pela primeira vez, os 70.000 habitantes, constituindo o maior centro populacional da Beira Interior. Esta tendência inverteu-se em 1970, quando se registou o primeiro decréscimo populacional, para 62.014 habitantes. A nível distrital verificou-se a mesma tendência, tendo a população do distrito passado de 325.800 habitantes, em 1960, para 255.575 habitantes. Entre 1950 e 1970, registou-se um decréscimo populacional de 23,3 %. Relativamente ao distrito da Guarda que, em 1950, registava um total populacional estimado em 307.667, sofreu a primeira regressão da população em 1960, com um total de 290.680 efetivos, tendência que viria a acentuar-se, em 1970, quando foram arrolados 212.191 habitantes, como poderemos observar através dos dados contidos na Tabela 4. O distrito da Guarda, entre 1950 e 1970, registou um decréscimo populacional de 31%. A evolução desta tendência foi mais atenuada no distrito de Castelo Branco, entre 1950 e 1970, uma vez que decresceu 21,3%. Entre 1970 e 2010, o distrito da Guarda regrediu 24,2% enquanto que no de Castelo Branco, se registou um diminuição de 23,2 %. A Beira Interior, em função do desempenho demográfico verificado nos distritos que integra, entre 1950, quando contabilizou um total de 632.244, e 1970, quando decresceu para 467.766 efetivos, registou um decréscimo de 26% e, entre 1970 e 2010, quando a sua população regrediu para 357.203 habitantes, um decréscimo de 23,6 %.

Poderemos, seguidamente, através dos dados referentes a 2000 e 2010, nas Tabelas 4 e 5, verificar a diferença das dinâmicas demográficas ocorridas nos concelhos da região. Facilmente poderemos constatar que nas áreas dos dois distritos, apenas no de Castelo Branco se verifica um crescimento, apesar de ligeiro, em dois concelhos. Trata-se do de Castelo Branco, que apresenta uma variação positiva de 0,72% e do de Vila de Rei, de 2,92%. Todavia, estes ligeiros aumentos não alteraram a tendência de diminuição da população nele verificada que, entre 2001 e 2011, apresenta uma

variação negativa de 5,6%. No distrito da Guarda, foi mais acentuada esta diminuição, tendo-se registado, no mesmo período, uma variação negativa de 25,6 %. A maior redução de população verificou-se, ao longo do tempo, no concelho do Sabugal, que passou de 43.513 habitantes, em 1950, para 12.544, em 2011, tendo perdido 71,2% da população. Deve salientar-se ainda que a inversão da tendência de crescimento se acentuou a partir de 2000, com uma forte incidência em 2010, situação generalizada em toda a região.

A esta situação de anemia demográfica alia-se a fraca densidade populacional verificada no território. É de salientar que o concelho de Idanha-a-Nova é, em área, um dos maiores do país, com 1.413 Km², sendo, igualmente, o que apresenta a menor densidade populacional, com apenas 8 habitantes por Km². Seguem-se-lhe os concelhos de Penamacor e Vila Velha de Ródão, com 12 habitantes por Km². Em oposição destaca-se o concelho da Covilhã, com 98 habitantes por Km². Com incidência, igualmente, negativa no quadro demográfico geral regista-se ainda o fenómeno do “duplo envelhecimento da população”, derivado do aumento significativo da faixa etária com mais de 65 anos e da simultânea diminuição do número de jovens (com idade inferior a 15 anos). A dinâmica demográfica verificada no território acentua as tendências regressivas existentes noutras regiões nacionais e europeias, reforçada pela persistência da contínua diminuição demográfica e do envelhecimento populacional.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Até à década de 50 do séc. XX, continuou a registar-se, na Beira Interior, o crescimento do setor primário, que atingiu então o seu valor máximo, estimado em 65,7%, no total da população. Todavia, em 1970, ocupava ainda cerca de 54% da população ativa, destacando-se as produções de fruta, batata e azeite. Permaneceu até 1981 como o setor que empregava o maior número de ativos, quando absorvia 38% da população da região, com uma maior incidência no distrito da Guarda, onde atingia os 44% (Pais, 2008:61). Todavia, a partir da segunda metade do séc. XX, ocorreram profundas alterações na estrutura económica da região, que acompanharam a tendência nacional, apesar de se manifestarem com diferentes intensidades, mas caminhando no sentido da terciarização. Os surtos migratórios da década de 60 do séc. XX acabaram abruptamente com os resquícios de uma economia fortemente ruralizada na região. As alterações estruturais abarcaram a reconversão do tecido industrial antigo, englobando maioritariamente as indústrias tradicionais, mas também a instalação de novas e a implementação de algumas inovações agrícolas e a generalizada terciarização verificada. Contudo, em 1970, a Beira Interior apresentava ainda uma paisagem marcadamente rural, à exceção dos núcleos industriais da Covilhã, Seia, Gouveia e Manteigas. A Covilhã destacava-se então no panorama nacional, por contribuir, em 1971, para 50% da produção têxtil nacional, registando a existência de 125 estabelecimentos industriais, valor inferior ao da década de 40, e

de 7.954 trabalhadores, enquanto o valor bruto de produção atingia os 109. 855.000 escudos (Portugal, 1977). Em 1973, registavam-se 1.598 teares mecânicos e o número de operários ascendia aos 8.221 (Portugal, 1977: 85-88). Em 1981, o sector secundário, apesar dos contrastes internos existentes, constituía ainda o sector dominante no distrito de Castelo Branco, abarcando 35,3%, vindo a atingir o seu valor mais elevado em 1991, quando empregava ainda 39% da população. Esta situação era decorrente do tradicional peso histórico da indústria de lanifícios, particularmente a sediada na Covilhã, a qual, até 1991, manteve mais de metade da sua população afeta à indústria (54%) (Pais, 2008:61). No final do séc. XX, a Beira Interior apresentava-se com um tecido económico débil e pouco coeso, socialmente deprimida, com um rendimento per capita abaixo dos 70% da média nacional, com fracas acessibilidades e diminutas estruturas sociais e culturais, decorrentes de uma economia com um peso relativamente exagerado da agricultura e com uma indústria pouco diversificada e tradicional, de mão-de-obra intensiva e sem grandes qualificações técnico-profissionais. Relativamente desfasado da evolução verificada a nível nacional, entre 1981 e 1991, verificou-se, no sector terciário da região, um crescimento muito significativo, tendo passado de 29% para 42,4%, em toda a Beira Interior, e vindo a surgir pela primeira vez como o sector dominante. As estatísticas de 2001 destacam o crescimento continuado e a consolidação do setor terciário, padrão idêntico ao de outras regiões e dos países considerados desenvolvidos, atingindo mais de 50% do tecido económico em ambos os distritos da Beira Interior. Trata-se do resultado de diversas tendências e transformações globais da sociedade, de que se destacam, como fatores predominantes, a reconversão da agricultura, a afirmação da sociedade de consumo, a internacionalização e globalização da economia, o Estado Social e a descentralização dos poderes públicos, para além do envelhecimento e feminização da população ativa (Gaspar, 1993: 87). A instalação do ensino superior constituiu uma aposta ganha no sentido da profunda reconversão da economia e da própria identidade das cidades da Covilhã, da Guarda e de Castelo Branco que o acolheram. Esta situação conduziu, a partir de então, ao acentuar da terciarização da economia, associada ao processo de desenvolvimento socioeconómico e à melhoria da qualidade de vida das populações, através da criação de emprego no comércio, na banca e no turismo, assim como devido à integração de serviços de apoio à produção na indústria: informatização, consultadoria, gestão, marketing, publicidade. Todavia, a distribuição das atividades económicas encontrou profundas assimetrias, se compararmos o Eixo Centro-Interior, envolvendo as cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco e a Periferia Raiana, abarcando os concelhos fronteiriços e alguns territórios do Pinhal Interior, que testemunham a persistência de processos de marginalização territorial, apresentando-se pouco dinâmicos e atrativos. Para 2001, os dados referentes ao indicador população economicamente ativa ou indivíduos empregados ou desempregados, com mais de 15 anos, para além de demonstrarem a diversidade existente no território, fazem ressaltar a concentração dos mais

elevados nos três maiores centros populacionais da Beira Interior, nomeadamente a Covilhã, com um total apurado de 25.279 habitantes ativos, Castelo Branco, com 25.191, e a Guarda, com 20.646. Todos os concelhos da Beira Interior registam, à data, a predominância do sector terciário sobre os restantes, à exceção de Manteigas, que apresenta um significativo equilíbrio entre os sectores secundário e terciário, com 48% da população ativa em ambos. O concelho de Castelo Branco regista 61%, só ultrapassado pelos da Guarda e de Almeida, ambos com 63%, enquanto os da Covilhã, Fundão, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Fornos de Algodres, Gouveia e Celorico apresentam valores iguais ou superiores a 50% para o terciário (Pais, 2008: 63). Quanto ao setor primário, mantém-se na Beira Interior ainda com valores elevados, alguns deles bastante acima da média nacional, particularmente nas zonas da raia e no Pinhal onde, neste último caso, se salientam Oleiros (32%), Idanha-a-Nova (31%), Vila Nova de Foz Coa (28%) e Meda (27%). Em oposição, Manteigas apresenta o valor mais baixo (4%), seguido da Covilhã, Guarda e Seia (5%). No setor secundário da Beira Interior, destacam-se as sub-regiões da Serra da Estrela e da Cova da Beira, onde a concentração industrial atinge os valores mais elevados nos concelhos de Manteigas, com 48%, de Seia e Belmonte, com 45%, e da Covilhã, com 43%. Trata-se dos concelhos históricos abrangidos pela permanência das indústrias tradicionais do têxtil e confeções que, a partir de então, assistiram ao acentuar dos bruscos processos de reconversão e sobretudo de desindustrialização, apesar de não ter sido afetado o aumento de produção, que correu a par de uma forte concentração empresarial (Pais, 2008: 64). Esta tendência acentua-se, em 2011, como poderemos concluir da análise da tabela 6, referente às ofertas de emprego (média anual) total e por setor de atividade económica, disponíveis nos Centros de Emprego e Formação Profissional, por NUTS da Beira Interior.

Tabela 06.

Beira Interior

Oferta de emprego (média anual) por setor de atividade económica (2001-2011)

SETORES DE ATIVIDADE/ NUTS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAIS	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
SERRA DA ESTRELA	1,1	3,3	45,0	18,7	42,3	34,8	98,8	56,9
BEIRA INTERIOR NORTE	2,1	7,6	50,6	45,0	81,3	115,5	160,2	168,2
BEIRA INTERIOR. SUL	22,3	4,7	23,3	22,5	64,8	94,8	134,0	122,2
COVA DA BEIRA	4,2	9,5	57,8	80,5	47,4	118,3	124,8	208,9
TOTAIS	29,7	25,1	176,7	166,7	235,8	517,8	517,8	556,2

Fonte: PORDATA

O modelo de desenvolvimento económico do país, implementado sobretudo a partir dos anos 80 do séc. XX, conduziu ao rápido desmantelamento da indústria nacional, com elevadas repercussões a nível regional e local. Acompanhando a Covilhã, as restantes localidades desta região serrana não conseguiram resistir à globalização e aos ventos que varreram esta indústria das regiões tradicionais europeias dos lanifícios, privilegiando-se uma nova implantação no Norte de África e em emergentes áreas asiáticas. Para além do conhecimento de que beneficiamos hoje, na análise do processo que conduziu à abrupta desindustrialização do país, podemos aceitar como atuais algumas das propostas do conhecido Relatório Porter, produzido na sequência da sua visita a Portugal, em 1994, a convite do Governo de então. Face aos resultados alcançados atualmente pelas empresas da indústria do calçado que, por iniciativa própria, as vieram a aplicar, vencendo a concorrência, também neste setor, sofrida pelas economias emergentes, é da maior atualidade promover a aplicabilidade de algumas das propostas do mencionado documento. Parece que a ideia de encomendar o dito estudo surgiu entre o economista Luís Todo Bom e o ministro da Indústria, Mira Amaral, que a terá apresentado ao primeiro-ministro de então, Aníbal Cavaco Silva (Diário Económico, 27-11-2007). A aposta nas estratégias competitivas identificadas por Porter como as de *liderança no custo total*, de *diferenciação* e de *enfoque*, conduzirão, segundo o mesmo autor, a que uma empresa invista numa das vertentes com maior impacto no seu desenvolvimento, procurando

vencer as forças competitivas. Estas, identificadas como forças de entrada, de ameaça de substituição, de poder de negociação dos fornecedores e de rivalidade entre atuais concorrentes – refletem, segundo Porter, que a concorrência numa indústria não se circunscreve aos participantes estabelecidos, uma vez que tanto os clientes como os fornecedores, os substitutos e os potenciais iniciantes são considerados todos eles como “concorrentes” das empresas industriais, entendendo-se a concorrência como uma rivalidade ampliada (Porter, 1991: 24). A primeira destas estratégias competitivas valoriza preferencialmente o investimento na construção de instalações em escala eficiente, na vigorosa redução de custos pela experiência e no rígido controlo do custo e das despesas gerais. A segunda preconiza a criação de algo único no âmbito de toda a indústria, defendendo-se, para o efeito, a aposta no investimento em imagem, em tecnologia, assistência técnica, distribuição, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos, pesquisa de mercado e qualidade, com a finalidade de criar diferenciais para o consumidor. A terceira defende a seleção de um alvo restrito, de molde a responder às necessidades específicas de um determinado grupo, com a finalidade de oferecer um produto considerado único pelos seus clientes (Porter, 1991: 24). Estas estratégias constituem caminhos a ser percorridos na Beira Interior, numa área que alocando um dos tradicionais setores da economia portuguesa, o da indústria de lanifícios, capitaliza o conhecimento histórico acumulado, com relevância na formação especializada dos recursos humanos ainda existentes. Aquelas estão bem visíveis nos bons resultados alcançados ao nível da atual produção e das exportações das poucas empresas têxteis sobreviventes na região e na existência de toda uma cultura, que ainda respira a atmosfera da lã e de que restam significativos vestígios, seja através dos reabilitados percursos da transumância, que a atravessam longitudinalmente, seja das memórias do património industrial, disseminadas por Manteigas, Gouveia, Loriga, Seia, Maçainhas, Trinta, Vila do Carvalho, Tortosendo, Unhais da Serra, Retaxo, Cebolais e, particularmente, pela Covilhã, onde alguns imóveis e muitas memórias industriais se encontram exemplarmente preservados.

4. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

A Beira Interior ocupa grande parte do espaço que administrativamente se encontrava, até há relativamente pouco tempo, integrado nos extintos distritos da Guarda e de Castelo Branco. Localizada no quadrante nordeste de Portugal, compreende uma área com 12.740 km² e com uma população estimada, em 2011, em 381.725 habitantes. Tendo como principais referências a serra da Estrela e a fronteira luso-espanhola entre os rios Douro e Tejo, o termo Beira aplica-se a toda a área na envolvente daquela, sendo demarcada pelas bacias do Douro e do Tejo e pela fronteira luso-espanhola. A Beira Interior, a leste, confronta com as províncias de Salamanca e Cáceres, em Espanha, e, em Portugal, com os territórios dos extintos distritos de Bragança, a Norte; de Viseu, Coimbra e Leiria, a Oeste, e de Santarém e Portalegre, a sul. Esta

região, rica de contrastes, foi-se estruturando numa unidade cultural que entronca nas comunidades de pastores e agricultores que, desde a mais remota antiguidade, souberam tirar partido de um território com tão diversificados recursos físicos como já desenvolvemos em outra parte (Pinheiro, 2008: 149). A Beira Interior resulta da união da antiga província da Beira Baixa com a da Beira Trasmontana, parte da antiga província da Beira Alta que, grosso modo, corresponde ao distrito da Guarda, excetuando o concelho de Vila Nova de Foz Côa, sendo constituída por 25 municípios. Destes, doze pertenciam ao extinto distrito da Guarda, dos catorze que este integrava: Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. Onze pertenciam ao de Castelo Branco: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. Um, ao de Coimbra: Pampilhosa da Serra. Um outro, ao de Santarém: Mação. De acordo com a terminologia comunitária, o território da Beira Interior encontra-se maioritariamente enquadrado por quatro unidades territoriais denominadas NUTS, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Trata-se de um geocódigo padrão, desenvolvido pela União Europeia para ser aplicado aos seus estados membros, com o objetivo de referenciar, para fins estatísticos, as divisões administrativas dos países que a integram, visando uniformizar a produção e difusão de dados estatísticos entre o EUROSTAT, os serviços da Comissão e os Estados-Membros. Subdivide o território da atual União Europeia, EU, em diferentes regiões, classificadas em três níveis, partindo das unidades territoriais de maior para as de menor área: NUTS I, II e III. Com efeito, de acordo com a atual legislação (2008) o território da EU e os seus 28 Estados-Membros integram 98 regiões classificadas de NUTS I, 272 de NUTS II e 1.315 de NUTS III. Aprovada na década de 70 do séc. XX, no âmbito da então Comunidade Económica Europeia, viria a ser adotada em Portugal, em 1986, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86, de 26 de Março. Foi reformulada, em 1989, pelo Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro, tendo a última versão, que visou a harmonização nacional com a comunitária, sido publicada em 2002 pelo Decreto-lei nº 244/2002, de 5 de novembro. A Beira Interior integra as seguintes NUTS de nível III: Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul. A NUT Serra da Estrela, com uma superfície de 867,8 Km² e uma população de 43.737 habitantes, tem uma densidade populacional de 49,9 hab/Km². Compreende os concelhos de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, sendo a de mais reduzidas dimensões. Como poderá observar-se na Tabela 7, só sobressai do conjunto o concelho de Seia por apresentar os valores mais elevados quanto a área e população, sendo seguido pelos de Gouveia e de Fornos de Algodres.

Tabela 07.

Serra da Estrela

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE KM ²	POPULAÇÃO (2011)
FORNOS DE ALGODRES	131,5	4.989
GOUVEIA	300,6	14.046
SEIA	435,7	24.702
TOTAL	867,8	43.737

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Beira Interior Norte, com uma superfície de 4.062,6 Km² e uma população de 104.417 habitantes, apresenta uma densidade populacional de 25,4. Como pode verificar-se na Tabela 8, os municípios do Sabugal, da Guarda e de Almeida constituem os de maior área, enquanto relativamente à população, o primeiro lugar é ocupado pela Guarda, seguindo-se-lhe Sabugal e Trancoso, sendo Manteigas o município com o menor número de habitantes.

Tabela 08.

Beira Interior Norte

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE KM ²	POPULAÇÃO (2011)
ALMEIDA	518,0	7.242
CELORICO DA BEIRA	247,2	7.693
FIG.ª DE CASTELO RODRIGO	508,6	6.260
GUARDA	712,1	42.541
MANTEIGAS	122,0	3.430
MÊDA	286,0	5.202
PINHEL	484,5	9.627
SABUGAL	822,7	12.544
TRANCOSO	361,5	9.878
TOTAL	4.062,6	104.417

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Cova da Beira, com uma área de 1.374,6 Km² e uma população de 87.869 habitantes, é a que apresenta a maior densidade populacional, estimada em 63,3. Como poderá observar-se na Tabela 9, o município com área mais extensa é o do Fundão, seguido do da Covilhã, que apresenta mais população, enquanto o concelho de Belmonte é, concomitantemente, o de menor área e população.

Tabela 09.

COVA DA BEIRA

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE KM ²	POPULAÇÃO (2011)
BELMONTE	118,8	6.859
COVILHÃ	555,6	51.797
FUNDÃO	700,2	29.213
TOTAL	1.373,8	87.869

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Beira Interior Sul, com uma superfície de 3.748,1 Km² e uma população estimada em 75.028 habitantes, apresenta uma densidade de 19,8. Como poderá verificar-se na Tabela 10, sobressai o concelho de Castelo Branco, como o de maior área e população, seguido dos de Idanha-a-Nova e Penamacor, enquanto o de Vila Velha de Ródão se apresenta como o de menor superfície e população.

Tabela 10

BEIRA INTERIOR SUL

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE KM ²	POPULAÇÃO (2011)
CASTELO BRANCO	1.438,2	56.109
IDANHA-A-NOVA	1.416,3	9.716
PENAMACOR	563,7	5.682
VILA VELHA DE RÓDÃO	329,9	3.521
TOTAL	3.748,1	75.028

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A Beira Interior, do ponto de vista administrativo, encontra-se, atualmente, integrada na Região Centro de Portugal. Para além das quatro sub-regiões que grosso modo integram a Beira Interior (Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira), esta compreende mais as seguintes: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões; Pinhal Interior Sul, Oeste, Médio Tejo. Alguns dos concelhos que pertenciam ao antigo distrito de Castelo Branco foram integrados nas sub-regiões do Pinhal. Todavia a criação da região da Beira Interior encontrava-se contemplada no âmbito da proposta que visava institucionalizar a regionalização em Portugal, tendo a mesma constituído uma das sete regiões submetidas ao referendo, sufragado e não aprovado, de 8 de Novembro de 1998, na sequência da Lei-Quadro das Regiões Administrativas, aprovada em 1991 pela Lei n.º 56/91, de 21 de Agosto. Quer na versão submetida a referendo, quer na que se lhe seguiu, designada por “Reforma Relvas”, por ter sido dinamizada pelo político, membro do Partido Social Democrático, Miguel Relvas, e que, paulatinamente, tem vindo a ser implementada, a Beira Interior constitui uma das sete regiões administrativas que corporiza o estabelecimento dos três tipos de unidades territoriais aprovadas: Grandes Áreas Metropolitanas, Comunidades Urbanas e Comunidades Intermunicipais. Em resultado desta reforma, implementada através da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram criadas, na Beira Interior, duas Comunidades Intermunicipais, CIM: a das “Beiras e Serra da Estrela”, que inclui os municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Belmonte, Covilhã, Fundão, Fornos de Algodres, Gouveia e Seia; e a da “Beira Baixa”, que integra os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Oleiros e Proença-a-Nova. A primeira destas integra, pois, quinze municípios e uma população estimada em 236 023 habitantes, enquanto a segunda é constituída por seis municípios, com 89 083 habitantes. Saliente-se, todavia, que os municípios de Mação, Sertão e Vila de Rei saíram da área onde tradicionalmente se incluíam, tendo passado a integrar a CIM do Médio Tejo, enquanto o de Aguiar da Beira ficou incluído na CIM de “Viseu, Dão, Lafões”. Entre outras medidas, aquela lei estabelece o regime jurídico das autarquias locais e aprova o estatuto das entidades intermunicipais. Operou-se, deste modo, uma fragmentação administrativa do território tradicionalmente integrado na Beira Interior, com naturais repercussões na afirmação da região aos mais diversos níveis.

5. A CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO IDENTITÁRIA

Foram os homens que, ao longo dos tempos, souberam moldar o território, aproveitando as vantagens competitivas por ele disponibilizadas e aplanando, na medida das suas possibilidades, os acidentes físicos que os constroem. Alguns destes demoraram milénios a ser vencidos. É o caso do isolamento sofrido, até à atualidade, pelas áreas de montanha da Beira Interior, apesar das dinâmicas

industriais nelas geradas. As vias de comunicação só muito recentemente, já nos começos do terceiro milénio, permitiram desencravar alguns destes espaços físicos e de que a situação sofrida pela indústria covilhanense é um exemplo paradigmático. A descrição que o escritor beirão António Cardoso Pires nos apresenta da região como “terra de camponeses, de pedras e de emigração” (apud Pais, 2008: 55) capta uma parte significativa das vivências da Beira Interior, sobretudo a partir da década de sessenta, quando o modelo de desenvolvimento industrial dos núcleos especializados na indústria têxtil se mostrou incapaz de conservar a mão-de-obra que até então assimilara. Radica num tempo longo, milenar, a construção da identidade cultural da Beira Interior. Esta, de acordo com a feliz expressão de António dos Santos Pereira, na monumental e modelar obra que sobre esta região escreveu, “perfaz uma dessas criações antigas, cujo arcano nos remete à Lusitânia”, que, apesar de ainda “sem consagração constitucional”, tem sido “adoptada por instituições de ensino superior público e privado, empresas e empreendimentos, grupos de trabalho e de investigação de diferentes saberes, seminários, jornadas, colóquios e congressos, que registam a designação pouco importados com aquela” (Pereira, 2009:15). Terá sido, provavelmente, por referência a uma realidade geográfica tão imponente como a serra da Estrela que os territórios na sua orla ou nas suas faldas, à medida que construam uma história comum, passaram a aglutinar como identitário o termo “Beira”. Documentam-no, se bem que a posteriori, os versos de Brás Garcia de Mascarenhas (1596-1656), no seu Viriato Trágico em poema heróico (1699): “Esta beyra de serra, própria beyra,/Patria foi do Pastor, que agora canto”. Para além do significado de bordo ou margem que a língua comum desde sempre lhe emprestou, num documento de 1181, a designação aparece já provavelmente reportada a uma localização territorial (Petrus Beira). Terá sido, contudo, em 1211, num documento de D. Sancho I que, pela primeira vez, o termo aparece já revestido de uma clara conotação geográfica (Gaudela de Beira). Esta continuaria a ser confirmada, para além de diversos outros documentos, numa carta régia de 1214 dirigida ao concelho da Covilhã (moradores in Beyra), até que, no testamento de D. Dinis, datado de 1299, o termo surge já reportado a uma unidade territorial (Pereira, 2009: 480-482). No início do séc. XV, aparece definida a comarca da Beira, no âmbito da divisão do território nacional em seis grandes unidades administrativas. Inicialmente circunscrita a toda a faixa interior entre o Douro e o Tejo, a partir do séc. XVI, passaria a estender-se para a faixa litoral, vindo a englobar antigos territórios até então integrados na Estremadura. Se, em 1533, Coimbra ainda fazia parte da Estremadura, como se pode verificar pelo numeramento de 1527, em 1572, já estava integrada na Beira. Será com esta configuração que a região irá permanecer “durante dois séculos e meio - limitada a norte pelo Douro e confinando a sul quase só com a Estremadura, que se alongava até aos confins de Mação e pelo vale do Zêzere penetrava até à Serra da Estrela” (Cunha, 1967: 12 e mapas I a IV). No século XVII, a província e a comarca evoluem para unidades distintas. A comarca, ou correição, constitui-se como uma subdivisão da província, mantendo-se como a área

de jurisdição de um corregedor, enquanto a província passa a ser apenas uma unidade para fins estatísticos e um comando militar territorial sob responsabilidade de um governador de armas. Até final do século XVIII, os territórios senhoriais do clero ou da nobreza constituíam ouvidorias, com funções semelhantes às das comarcas, apesar de os ouvidores serem nomeados pelos senhores dos domínios a que pertenciam. Em 1790, todas as ouvidorias foram transformadas em comarcas, com corregedor nomeado, diretamente, pela Coroa. Em 1788, Frei Manuel de Figueiredo, cronista cisterciense, apresenta a seguinte descrição e delimitação da província da Beira: “(...) O terreno plano que o mar bordeja entre Douro, e Mondego nas comarcas de Aveiro, Coimbra, Feira e Porto chama-se Beira-Mar; às terras situadas entre o mesmo terreno, Douro, Zêzere, e serrania da Estrella tem o nome de Beira Alta, e as que discorrem desta Serra até os Domínios de Sua Magestade a Catholica, Douro e Tejo é propriamente a Beira Baixa (...)” (Cunha, 1967:12). Poderá concluir-se, com José Correia da Cunha, que a região, com o alargamento até ao mar, perdeu o carácter de homogeneidade que lhe conferia a sua posição interior, contribuindo para justificar a subdivisão em Beira Mar, Beira Alta e Beira Baixa, a que se referia o cronista. Todavia, só com a nova orgânica administrativa decorrente da vitória liberal, esta divisão viria a oficializar-se, apesar de só integrar a Beira Alta e a Beira Baixa. A legislação aprovada em 1835 introduz o distrito como a principal unidade administrativa, relegando a divisão provincial para segundo plano (Silva 2012: 94). A Beira Alta passou a ser constituída pelos distritos de Aveiro, Coimbra, Lamego e Guarda, enquanto a Beira Baixa apenas pelo de Castelo Branco. Em 1867, Martens Ferrão, no âmbito de uma nova reforma administrativa que, devido às contingências políticas, vigorou por um período demasiado curto, introduziu alterações á estrutura distrital até aí em vigor. São atribuídas as posições de capital de distrito a Coimbra (Beira Central), Viseu (Beira Alta), e Castelo Branco (Beira Baixa). Quanto a Aveiro passa a ficar integrado na província do Douro, subordinado diretamente ao Porto (Cunha, 1967: 15). Esta mesma tendência para retirar à Beira a faixa litoral que se estende entre Gaia e Aveiro viria a verificar-se na primeira tentativa de reforma levada a efeito pelo regime republicano, em que este último distrito viria a ser incluído numa nova província do Douro e Minho. Todavia, como muitas outras, esta reforma não vingou. Na verdade, a partir de 1836, a divisão administrativa do território estruturara-se com base na criação dos distritos enquanto órgãos de poder autárquico supra municipais, assim tendo permanecido praticamente até à atualidade pois a extinção dos distritos só foi aprovada por decreto-lei, em 8 de Setembro de 2011. Estes afirmaram-se como estruturas de apoio a uma clara orientação de centralização política, que atravessou todo o séc. XIX, mantendo-se praticamente incólumes entre 1836 e 1936. A primeira república, apesar de defender uma nova divisão administrativa, não conseguiu implementar esta, bem como outras mudanças estruturais. Na verdade, o movimento republicano, que sempre defendera a divisão administrativa por províncias, em detrimento dos

distritos, ainda antes de ter atingido o poder, encarregara, em 1894, José Jacinto Nunes da elaboração de um projeto de Código Administrativo que preconizava aquela alteração. Após o derrube da monarquia, em 1910, apesar de a maioria dos republicanos continuar a defender a extinção dos distritos, face à agudização da discussão entre os partidários da nova divisão provincial e os da tradicional divisão administrativa assente na manutenção dos distritos, encontrou-se uma pretensa justificação para adiar a aprovação do novo código administrativo, tendo-se mantido a divisão de base distrital. Apesar de, em Junho de 1914, ter sido aprovado pelo Senado um novo código administrativo que dividia o país em províncias e mantinha os distritos como órgãos intermédios, não foi conseguida a concordância da Câmara de Deputados, tendo permanecido a divisão tradicional (Amaro, 1996: 72-73). Amorim Girão viria a preconizar uma nova divisão do país, de natureza geográfico-económica, apoiada na força polarizadora dos principais centros urbanos (Girão, 1933). Todavia, as cidades de Aveiro, Covilhã e Leiria foram relegadas para uma posição secundária. Pela primeira vez, o Douro deixou de constituir a fronteira setentrional da Beira, para preservar a unidade da sua bacia hidrográfica, enquanto, por idêntico motivo, o Tejo deixaria de constituir a fronteira a sul, atendendo a que a superfície de Castelo Branco se prolonga geograficamente para sul do rio. Em 1936, o novo código administrativo reabilita, como unidade administrativa, novamente a província, entendida esta como uma “associação de concelhos com afinidades geográficas, económicas e sociais, dotada de órgãos próprios para o prosseguimento de interesses comuns” (Girão apud Cunha, 1967: 18). A Beira Transmontana foi integrada na Beira Alta, o Tejo voltou a constituir, junto à fronteira, o limite meridional da província da Beira, mas a norte, com a finalidade de preservar a bacia do Douro, manteve-se a divisão dos distritos. O triângulo Coimbra-Viseu-Castelo Branco viria a sair reforçado, ao aliar as funções de capitais de distrito à de sedes de província, em detrimento das restantes cidades. Todavia, ao serem definidos os limites das novas províncias não se fizeram coincidir com os dos distritos, o que constituiria o reconhecimento de que a divisão distrital, para determinados finalidades se encontrava ultrapassada. Assim a Província da Beira Baixa resultava da anexação ao distrito de Castelo Branco dos concelhos de Mação (Santarém) e Pampilhosa da Serra (Coimbra); a Beira Litoral passou a agregar ao distrito de Santarém o concelho de Vila Nova de Ourém e a Beira Alta agregou os concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital, relativamente ao centro do país (Cunha, 1967: 18). Orlando Ribeiro apresenta-nos uma caracterização lapidar da heterogeneidade deste território: “(...) Beira Alta e Beira Transmontana, unidas e separadas por montanhas, ambas planaltos graníticos, são diferentes pela altitude, média na primeira, elevada na segunda, pelo clima, pelo tapete vegetal; uma é rica, fértil, muito povoada, verdejante, acolhedora. A outra é pobre, fria, nua, pardacenta, pouco povoada (...)”. Semelhante disparidade encontra na Beira Baixa que deste modo caracteriza: “Ajusta-se, grosso modo, ao distrito de Castelo Branco (...). É uma manta de retalhos, alguns já estremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, bem demarcadas

no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes (...)” (Ribeiro, 1995: 323, 431). Não admira que a Beira, enquanto unidade administrativa, viesse a constituir-se, de acordo com a descrição que dela nos apresenta José Mattoso, como “uma província ou (...) um aglomerado de pequenas regiões em que o país ensaiou toda a espécie de trocas e de contactos; onde, portanto, construiu a sua própria unidade feita das mais contrastantes diversidades. Não uma unidade ordenada, imposta a partir de um centro, (...), mas uma unidade feita movimento, de influências culturais múltiplas, de circulação em vários sentidos.”(Mattoso, 1997: 59). Após a revolução de Abril, logo em 1976, surge um projeto de administração regional, elaborado pelo Ministério da Administração Interna, que fundamenta a existência, no país, de cinco províncias, entre as quais a Província das Beiras, também designada de Região Centro. A justificação apresentada no mencionado documento assentava nos seguintes princípios: descentralização de competências a nível nacional, regional e local; criação de órgãos de administração local e regional, com capacidade de ação nos domínios político, técnico e financeiro; definição de unidades geográficas com dimensão espacial adequada aos níveis de responsabilidade (Portugal, 1982: 15-16). A Beira Interior passa a integrar-se neste quadro administrativo. Em 1988, Marques Reigado definia região como “uma célula geográfica, económica, social e cultural da nação”, acrescentando que “o seu desenvolvimento deve tomar como ponto de partida as suas características específicas e orientar-se no sentido de corresponder aos objectivos do desenvolvimento económico nacional” (Reigado, 1988:221). Todavia, a falta de articulação entre os poderes central e regional e o bloqueio à descentralização administrativa do território têm entravado o desenvolvimento harmonioso do país e das suas regiões, justificado no presente pela conjuntura de crise. Todavia, nestes períodos costuma operar-se, com frequência, o reforço dos laços identitários das comunidades mais frágeis. A diversidade demográfica verificada no território nacional, para além de ser geradora de profundas assimetrias internas, reflete-se ao nível do dinamismo socioeconómico e cultural, do ordenamento e do desenvolvimento global do território. Constituirá, seguramente, um dos mais atuais desafios que se colocam à Beira Interior a inversão do modelo demográfico atualmente vigente, através do incentivo à fixação de população no território, para poder vir a afirmar-se nos contextos regional, nacional e comunitário.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Portugal (1864). Estatística de Portugal, População, Censo no 1º de Janeiro 1864, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1868) Estatística de Portugal, População, 1864, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1917). Estatística Demográfica, Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte VI, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1961). X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960) Resultados prováveis relativos à população residente, nos distritos e concelhos. Lisboa.

Portugal (197?). 11º Recenseamento da População. população e alojamento por lugares. Distrito de Castelo Branco. s.l. e s.d..

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66632414&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2. [Acedido em 26-04- 2014].

Portugal, Comissão de Coordenação de Planeamento da Região Centro (1973). Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo Subgrupo da Indústria do Grupo de Trabalho nº6 - Cova da Beira. Coimbra: CPRC. [policopiado].

Portugal, Ministério da Administração Interna (1982). O agrupamento de concelhos da Covilhã, hierarquia de centros e áreas de influência. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Portugal, Instituto Nacional de Estatística (2009). População residente, (Nº) por Local de residência, Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida), Anual; 2009.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOco

rrCod=0000611&contexto=pi&selTab=tab0 [Acedido em 10-06- 2013].

Portugal, Instituto Nacional de Estatística (1977). Recenseamento Industrial 1972 – Continente (Concelhos). Lisboa.

<http://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013&xlang=PT> [acedidos em 10 de Janeiro de 2014].

BIBLIOGRAFIA

Amaro, António Rafael (1996). Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940). in Associação Portuguesa de História Económica e Social [org.]. Portugal e as regiões: perspectivas históricas. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. [Actas do XVI Encontro da APHES]. [71-92].

Caetano, Marcelo (1980). Manual de Direito Administrativo. Vol. I, 9.ª Edição, Almedina: Coimbra.

Cardoso, J. Ribeiro (dir.) (1940). Subsídios para a história regional da Beira Baixa. Lisboa: Junta Provincial da Beira Baixa.

Cunha, Lúcio (2008). A Beira Interior - Portugal, caracterização física. in PINHEIRO, Elisa Calado (coord.). Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior(Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). vol. I. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Cunha, José Correia da (1967). Da região centro do país. Caracterização da rede urbana. Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Geográficos.

Gaspar, Jorge (1993). As Regiões Portuguesas. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Girão, Aristides de Amorim (1933). Esboço de uma carta regional de Portugal. 2ª ed.. Coimbra.

Mattoso, José, Daveau, Suzanne, Bello, Duarte (1997). Portugal o sabor da terra. Lisboa: Circulo de Leitores.

BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

Moreira, Maria João Guardado, Rodrigues, Teresa Ferreira, Henriques, Filipa de Castro (2009). O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*. XXVII, I: segunda época.

Pais, Pedro (2008). A Beira Interior - Portugal, caracterização humana. In Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Vol. I, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Pereira, António dos Santos (2009). Portugal Adentro: do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Pereira, Miriam Halpern (2002). Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista. In PINHEIRO, Elisa C. (coord.). *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial (...)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. pp. 575-594.

Pinheiro, Elisa Calado (coord.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*, Vol.I, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Porter, Michael E. (1991). *Estratégia competitiva. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

Reigado, Marques (1988). *Interioridade e desenvolvimento regional*. Covilhã: UBI.

Ribeiro, Orlando (1995). *Opúsculos geográficos*. Vol. VI. Estudos regionais, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Serra, João B. (1988). As reformas da administração local de 1872 a 1910. *Análise Social*, Vol. XXIV(103-104). Lisboa: Livraria Sá da Costa. Vol. XXIV (103-104): 1037-1066.

Silva, Fábio (2012). *Landscape and Astronomy in Megalithic Portugal: the Carregal do Sal Nucleus and Star Mountain Range*. "Papers from the Institute of Archaeology": PIA Volume 22 (2012), 99-

114 DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/pia.405> [acedido em 21-04-2013].

Silva, Henrique Dias da (2012). Reformas administrativas em Portugal desde o Século XIX. pp. 65-97. <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3891> [Acedido em 18_04_2014].

Torga, Miguel (1950), Portugal. Coimbra.

SÍTIOS WEB

Comissão de Coordenação da Região Centro: <http://datacentro.ccdrc.pt>

PORDATA, <http://www.pordata.pt> [acedido em 10-03-2014; 21-04-2014]

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior - <http://www.museu.ubi.pt> [acedido em 20-04-2014].

NUTS- http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:NUTS

Instituto Nacional de Estatística:

<http://www.ine.pt> [Acedido em 10-06-2013, 26-04-2014].

<http://notasdecircunstancia.blogspot.pt>